



267

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**2ª CÂMARA DE DIRETO PÚBLICO**

**Embargos Declaratórios nos autos do Reexame Necessário nº 281512-7 - Comarca do Recife**

**Embargante:** Instituto Nacional de Seguro Social - INSS

**Procurador:** Paulo Roberto de Lima

**Embargado:** Fernando Antônio Neves da Silva

**Advogado:** Edilena Accioly Frej

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM REEXAME NECESSÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA CONVERTIDO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SEGURADO CONSIDERADO INSUSCEPTÍVEL DE REABILITAÇÃO. OBSCURIDADE SANADA PARA INTEGRAR A DECISÃO EMBARGADA SEM EFEITOS INFRINGENTES. PREQUESTIONAMENTO DOS ARTIGOS 42 E 43 DA LEI Nº 8.231/91. EMBARGOS DECLARATÓRIOS PROVIDOS POR UNANIMIDADE DE VOTOS.

1. O inconformismo do embargante reside contra os termos do Acórdão proferido nestes autos do Reexame Necessário, que, sob a óptica do embargante, incorreu em obscuridade ao dar procedência ao apelo do particular para que, reformando a sentença, fosse concedido o benefício de aposentadoria por invalidez acidentária ao invés de auxílio-acidente, mantendo-se os demais termos da sentença. A decisão embargada foi assim ementada: "PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. CAUTELAR INOMINADA E AÇÃO ACIDENTÁRIA. REEXAME NECESSÁRIO. NEXO CAUSAL COMPROVADO E PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. LEI Nº 8.213/91. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ CONCEDIDA ANTE A AUSÊNCIA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL PELO INSS. CARÁTER SOCIAL DA LEI DE INFORTUNÍSTICA E O PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO MISERO*. PRECEDENTES DO STJ E DO TJPE. REEXAME NECESSÁRIO Nº 281512-7 IMPROVIDO À UNANIMIDADE DE VOTOS. APELAÇÃO VOLUNTÁRIA Nº 236618-9 A QUE SE DEU PROVIMENTO POR MAIORIA DE VOTOS".



263

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**2ª CÂMARA DE DIRETO PÚBLICO**

2. Os embargos de declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, consoante disciplinamento inserto no artigo 535, do Código de Processo Civil, exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.

3. Da análise da decisão fustigada, verifica-se assistir razão ao embargante quanto à ausência de pronunciamento acerca da documentação apontada, merecendo esclarecimento nesta questão, no entanto, sem que haja efeitos infringentes sobre o julgado.

4. Os documentos de fls. 37, 39 e 40 não alteram em nada a verdade das afirmações do apelante, ora embargado, pois, apesar de ter frequentado o Centro de Reabilitação Profissional entre os dias 08/02/2002 e 23/11/2004, o mesmo não foi qualificado para nenhuma outra atividade, assim permanece até hoje, contando agora com 54 anos.

5. O que interessa não é a frequência do segurado ao Centro de Reabilitação e sim sua efetiva requalificação para outra atividade que lhe garanta o sustento. E o INSS, definitivamente, não se desincumbiu desta obrigação, nem, tão pouco, explicitou os motivos de seu desligamento do programa.

6. Apesar da perícia técnica não ter concluído pela incapacidade da parte autora para o exercício de toda e qualquer atividade laboral, por outro lado, o artigo 42 da Lei nº 8.213/91 é enfático ao conferir a aposentadoria por invalidez ao segurado quando o mesmo for considerado insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, o que vem ao caso em comento.

7. À unanimidade de votos, acolheram-se os embargos para sanar a obscuridade verificada sem, contudo, operar efeitos infringentes, e prequestionar a matéria contida nos artigos 42 e 43 da Lei nº 8.213/91



264

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**2ª CÂMARA DE DIRETO PÚBLICO**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes Embargos de Declaração nos autos do Reexame Necessário nº 281512-7, acima descritos, acordam os Desembargadores que integram a 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia 03/10/2013, à unanimidade de votos, em dar provimento ao presente recurso a fim de sanar a obscuridade apontada sem, contudo, operar efeitos infringentes, e prequestionar a matéria contida nos autos, nos termos do Relatório e do Voto proferidos neste julgamento, os quais fazem parte integrante deste julgado.

P. I.

Recife, 03/10/2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



265

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**2ª CÂMARA DE DIRETO PÚBLICO**

**Embargos Declaratórios nos autos do Reexame Necessário nº 281512-7 - Comarca do Recife**

**Embargante:** Instituto Nacional de Seguro Social - INSS

**Procurador:** Paulo Roberto de Lima

**Embargado:** Fernando Antônio Neves da Silva

**Advogado:** Edilena Accioly Frej

**RELATÓRIO**

\* Trata-se de Embargos Declaratórios interpostos contra os termos do Acórdão proferido nestes autos do Reexame Necessário, que, sob a óptica do embargante, incorreu em obscuridade ao dar procedência ao apelo do particular para que, reformando a sentença, fosse concedido o benefício de aposentadoria por invalidez acidentária ao invés de auxílio-acidente, mantendo-se os demais termos da sentença.

O recorrente opôs os presentes embargos de declaração alegando, em suas razões de fls. 248/251, que o aresto embargado foi obscuro, na medida em que a apelação foi provida por maioria em decorrência do entendimento de que o autor não teria sido encaminhado à reabilitação profissional, fato este destoante da realidade. Aduz o embargante que os documentos juntados pelo autor às fls. 37, 39 e 40 são cópias de duas cadernetas de frequência do antigo Centro de Reabilitação Profissional, onde comprovam, com várias datas, observações e assinaturas, que o autor frequentou aquele centro entre o dia 08/02/2002 até o dia 23/11/2004, quando foi desligado. Por fim, sustenta que, segundo a lei, a aposentadoria por invalidez somente é devida quando o segurado, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação.

Requer, ao final, sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios, dando-lhes regular processamento, para sanar a obscuridade alegada, operando-se efeitos infringentes, e prequestionar a matéria versada nos autos.

É o relatório.

Recife, 03 / 10 / 2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães - Relator**



266

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**2ª CÂMARA DE DIRETO PÚBLICO**

**Embargos Declaratórios nos autos do Reexame Necessário nº 281512-7 – Comarca do Recife**

**Embargante:** Instituto Nacional de Seguro Social – INSS

**Procurador:** Paulo Roberto de Lima

**Embargado:** Fernando Antônio Neves da Silva

**Advogado:** Edilena Accioly Frej

**VOTO**

O inconformismo do embargante reside contra os termos do Acórdão proferido nestes autos do Reexame Necessário, que, sob a óptica do embargante, incorreu em obscuridade ao dar procedência ao apelo do particular para que, reformando a sentença, fosse concedido o benefício de aposentadoria por invalidez acidentária ao invés de auxílio-acidente, mantendo-se os demais termos da sentença.

A seguir, transcrevo a decisão ora embargada:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. CAUTELAR INOMINADA E AÇÃO ACIDENTÁRIA. REEXAME NECESSÁRIO. NEXO CAUSAL COMPROVADO E PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. LEI Nº 8.213/91. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ CONCEDIDA ANTE A AUSÊNCIA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL PELO INSS. CARÁTER SOCIAL DA LEI DE INFORTUNÍSTICA E O PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO MISERO*. PRECEDENTES DO STJ E DO TJPE. REEXAME NECESSÁRIO Nº 281512-7 IMPROVIDO À UNANIMIDADE DE VOTOS. APELAÇÃO VOLUNTÁRIA Nº 236618-9 A QUE SE DEU PROVIMENTO POR MAIORIA DE VOTOS. 1. A Ação Cautelar Inominada nº 0007322-50.2005.8.17.0001 foi julgada procedente, extinguindo-se o feito com resolução de mérito e mantendo-se a liminar concedida no sentido de permanecer o autor percebendo o auxílio-doença acidentário, espécie 91, até o trânsito e julgado da ação principal. Não havendo recurso voluntário, a decisão foi submetida ao duplo grau de jurisdição (Reexame Necessário nº 281512-7), onde o nexo causal foi devidamente comprovado, bem como restaram preenchidos os requisitos legais (art. 59 e seguintes da Lei nº 8.213/91). Dessa forma, deve ser mantido o benefício concedido em primeiro grau de jurisdição, obedecidos os seus limites temporais, pelo que foi negado provimento ao referido reexame, de forma uníssona. 2. Trata-se, simultaneamente, de Reexame Necessário e Apelação Cível em face da sentença que julgou procedente a Ação Acidentária nº 0010784-15.2005.8.17.0001 (ação principal), extinguindo o feito com resolução de mérito, a fim de condenar o INSS ao pagamento do auxílio-acidente mais abono anual ao autor, ora apelante. 3. O cerne do Reexame nº 236618-9 consiste na análise da capacidade laborativa do apelante, de modo a definir se tem ele direito à aposentadoria por invalidez pleiteada.



267

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

ou se deve ser mantida a sentença rechaçada que considera adequado o pagamento de auxílio-acidente no percentual de 50% do salário de benefício do autor. 4. É cediço que a aposentadoria por invalidez só será concedida se as lesões decorrentes da atividade laboral exercida pelo segurado ocasionem sequelas que lhe torne inválido para o exercício de qualquer atividade, nos termos do art. 42 da Lei 8.213/91. 5. Verificou-se que tanto o laudo médico emitido por perito oficial quanto o parecer emitido pelo INSS concluíram, de forma clara e incontestável, pela existência de nexo causal entre o trabalho exercido pelo apelante e a lesão adquirida. Atestam, também, que o acidente de trabalho lhe causou sequelas que reduziram a sua capacidade para o exercício da atividade laboral habitual, tendo em vista que foi acometido de lesões por esforço repetitivo (LER/DORT) causadoras da Síndrome do Túnel do Carpo Bilateral e Tenossinovite de membros superiores. 6. Apesar da perícia técnica não ter concluído pela incapacidade da parte autora para o exercício de toda e qualquer atividade laboral, por outro lado, o artigo 42 da Lei nº 8.213/91 é enfático ao conferir a aposentadoria por invalidez ao segurado quando o mesmo for considerado insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência. 7. Conforme observado, inexistente nos autos qualquer prova de que o segurado fora submetido a programa de reabilitação profissional, incumbência devida ao INSS, à luz do art. 333, II, do CPC. Tal fato ocasionou uma expressiva dificuldade para a efetiva capacidade do apelante se reabilitar a exercer uma profissão diversa daquela em que se habituou a trabalhar, principalmente se levarmos em conta o seu baixo grau de instrução, sua idade avançada e o tempo decorrido desde o infortúnio. 8. Precedentes do STJ e desta Corte Estadual: AgRg no REsp 1000210/MG, AgRg no REsp 1055886/PB e Apelação/Reexame Necessário nº 172436-1. 9. Reexame Necessário nº 281512-7 improvido à unanimidade de votos, enquanto o Apelo Voluntário nº 236618-9 foi julgado procedente de forma majoritária. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do Reexame Necessário nº 281512-7 e do Reexame Necessário e Apelação Cível nº 236618-9, acima descritos, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, na sessão realizada em 06/06/2013, por unanimidade de votos, em negar provimento ao Reexame Necessário nº 281512-7, mantendo-se a sentença de primeiro grau, obedecidos os seus limites temporais, e, de forma majoritária, em dar provimento ao Apelo Voluntário nº 236618-9, prejudicado o apelo, nos termos do Voto do Relator e dos demais termos proferidos neste julgamento, que fazem parte integrante do mesmo. P. e I. Recife, 17/06/2013.

É sabido que os Embargos de Declaração são cabíveis quando houver na decisão embargada, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se (Incisos I e II, do art. 535, do CPC), e, em face de construção jurisprudencial, admissível em decisão em sentido amplo. Em regra, não possuem os Embargos de Declaração, caráter substitutivo ou modificativo do julgado embargado, tendo, na verdade, um alcance



268

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**2ª CÂMARA DE DIRETO PÚBLICO**

muito mais integrativo ou esclarecedor. Assim, visa-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

No caso *sub examine*, verifico que esta Relatoria não se debruçou completamente sobre os documentos apontados pelo ora embargante, merecendo um esclarecimento nesta questão, no entanto, sem que haja efeitos infringentes sobre o julgado. Senão vejamos.

Em primeiro lugar, destaco trecho do voto condutor do acórdão ora embargado:

Pois bem, o cerne da presente demanda consiste na análise da capacidade laborativa do apelante, de modo a definir se tem ele direito à aposentadoria por invalidez pleiteada ou se deve ser mantida a sentença rechaçada que considera adequado o pagamento de auxílio-acidente no percentual de 50% do salário de benefício do autor.

É cediço que a aposentadoria por invalidez só será concedida se as lesões decorrentes da atividade laboral exercida pelo segurado ocasionem sequelas que lhe torne inválido para o exercício de qualquer atividade, nos termos do art. 42 da Lei 8.213/91, abaixo transcrito:

(omissis)

No caso vertente, verifico, após compulsar os autos, que **tanto o laudo médico emitido por perito oficial quanto o parecer emitido pelo INSS concluíram, de forma clara e incontestável, pela existência de nexo causal entre o trabalho exercido pelo apelante e a lesão adquirida. Atestam, também, que o acidente de trabalho lhe causou sequelas que reduziram a sua capacidade para o exercício da atividade laboral habitual, tendo em vista que foi acometido de lesões por esforço repetitivo (LER/DORT) causadoras da Síndrome do Túnel do Carpo Bilateral e Tenossinovite de membros superiores.**

Importa ressaltar que **o apelante afirmou em audiência: "que deu entrada na Comunicação do Acidente de Trabalho junto ao INSS, tendo ficado em gozo de auxílio-doença acidentário pelo período de seis meses e frequentado o Centro de Reabilitação Profissional, porém, não teve como ser reabilitado e por este motivo retornou ao posto o qual lhe concedeu alta; que posteriormente conseguiu administrativamente ser contemplado com um auxílio-doença agora da espécie comum pelo período de nove meses, sendo encaminhado novamente par o Centro de Reabilitação Profissional e lá, como não havia condição de ser reabilitado, retornou ao posto do INSS, recebendo alta médica, o que culminou com o ingresso de ação cautelar, sendo beneficiado com uma liminar por parte deste Juízo e atualmente encontra-se em gozo do auxílio-doença acidentário, atualmente no valor de R\$ 1.394,00; que atualmente se submete à fisioterapia e faz uso de medicação; que chegou a fazer infiltração; que não tem força em ambos os braços"** (fls. 120).



269

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**2ª CÂMARA DE DIRETO PÚBLICO**

Tais afirmações foram reiteradas no recurso de apelação (fls. 182/185), não havendo o INSS se pronunciado acerca de tais alegações em nenhum momento dos autos.

Pois bem, apesar da perícia técnica não ter concluído pela incapacidade da parte autora para o exercício de toda e qualquer atividade laboral, por outro lado, o artigo 42 da Lei nº 8.213/91 é enfático ao conferir a aposentadoria por invalidez ao segurado quando o mesmo for considerado insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência. (destaque!)

No meu entendimento, os documentos de fls. 37, 39 e 40 não alteram em nada a verdade das afirmações do apelante, ora embargado, pois, apesar de ter frequentado o Centro de Reabilitação Profissional entre os dias 08/02/2002 e 23/11/2004, o mesmo não foi qualificado para nenhuma outra atividade, assim permanece até hoje, contando agora com 54 anos.

O que interessa não é a frequência do segurado ao Centro de Reabilitação e sim sua efetiva requalificação para outra atividade que lhe garanta o sustento. E o INSS, definitivamente, não se desincumbiu desta obrigação, nem, tão pouco, explicitou os motivos de seu desligamento do programa.

Pois bem, apesar da perícia técnica não ter concluído pela incapacidade da parte autora para o exercício de toda e qualquer atividade laboral, por outro lado, o artigo 42 da Lei nº 8.213/91 é enfático ao conferir a aposentadoria por invalidez ao segurado **quando o mesmo for considerado insusceptível de reabilitação** para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, o que vem ao caso em comento.

Em face do exposto, conheço os presentes embargos declaratórios a fim de sanar a obscuridade apontada, no entanto, sem a atribuição dos efeitos infringentes postulados, e prequestionar a matéria contida nos artigos 42 e 43 da Lei nº 8.213/91.

É como voto

Recife, 03/10/2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**